

Jane Araújo



Garibaldi (4º à esq., presidindo a reunião de líderes) lamenta falta de entendimento entre governo e oposição

## Governo quer dirigir nova CPI do Senado

O presidente do Senado, Garibaldi Alves, leu ontem o requerimento da oposição que cria uma CPI composta apenas por senadores para investigar o uso de cartões corporativos pelo governo federal. A oposição quer dividir o comando da CPI, mas a base do governo manifestou a intenção de ocupar a relatoria e a presidência da comissão. **Página 5**

J. Freitas



Na CPI mista, Marisa Serrano e Luiz Sérgio ouvem o general Jorge Félix

## General defende sigilo de gastos da Presidência

O ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional, general Jorge Félix, afirmou que há necessidade de sigilo dos gastos da Presidência da República. Ele admitiu, contudo, a dificuldade

de definir quais compras devem ser consideradas de segurança. Já o ministro do Esporte, Orlando Silva, disse ter devolvido à União os R\$ 34 mil que gastou com cartões corporativos. **Página 4**

Pedido de ajuda para os estados castigados pelas chuvas

**Página 6**

Senadores e artistas apóiam ensino obrigatório de música

**Página 8**

Falha na lei dificulta combate aos crimes cibernéticos

**Página 3**

## Avança votação de MP que abre crédito de R\$ 1,6 bi

O Plenário do Senado aprovou ontem à noite os pressupostos de relevância e urgência da medida provisória, mas a votação do mérito foi transferida para a sessão de hoje. **Página 3**



Leopoldo Silva

Plenário discutiu durante três horas e meia a constitucionalidade de medida provisória que destina verbas à construção de redes de energia e da Ferrovia Norte-Sul

Presidente da CAE informa que Henrique Meirelles falará ao colegiado após a publicação da ata do Copom

Márcia Kólume



Mercadante (à esq., ao lado de Gerson Camata) é autor do pedido de audiência

## Comissão debate na terça a divisão dos royalties do petróleo

O presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), senador Aloizio Mercadante (PT-SP), anunciou que o colegiado realizará na próxima terça-feira uma audiência pública para discutir os critérios de repartição dos royalties provenientes da exploração de petróleo e gás.

Mercadante destacou que foram convidados para o debate o presidente do IBGE, Eduardo Pereira Nunes; o diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), Haroldo Lima; e o diretor de exploração e produção da Petrobras, Guilherme Estrella.

O requerimento para a realização dessa reunião, de autoria do próprio Mercadante e também do senador Renato Casagrande (PSB-ES), teve origem em outra

audiência, realizada pela CAE no dia 25 de março, na qual um dos temas discutidos foi a divisão dos royalties. Na ocasião, estavam presentes os dois senadores e o presidente do IBGE. O instituto tem papel fundamental na questão, porque, quando uma jazida se estende por mais de um estado, é o IBGE que determina qual parcela das reservas – e, portanto, dos royalties – cabe a cada unidade da Federação.

**Meirelles**

Aloizio Mercadante comunicou ainda que o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, irá comparecer ao colegiado para falar sobre as diretrizes, a implementação e as perspectivas da política monetária após a publicação da ata do Comitê de Política Monetária (Copom).

# Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx)

## Plenário celebra Dia da Saúde

Às 10h, será realizada sessão especial do Senado Federal para comemorar o Dia Mundial da Saúde e os 60 anos de fundação da Organização Mundial da Saúde. Às 14h, haverá sessão deliberativa. A pauta continua trancada por medidas provisórias.

## Agenda do presidente

Entre outras atividades, o presidente do Senado, Garibaldi Alves, recebe, às 10h, a visita do embaixador da Colômbia, Tony Amar; e, às 18h, comparece, no Salão Negro, a homenagem das centrais sindicais a quem apoiou a regulamentação dessas entidades.

## Projetos e concessões de emissoras na CCT

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) se reúne, às 8h45, para a votação de uma pauta de 28

itens. O primeiro é o projeto que trata da compensação financeira, em 40 dias, pela suspensão de serviços de telecomunicações. Também

deverão ser votados 24 projetos de decreto legislativo dispendo sobre a renovação de concessões de emissoras de radiodifusão.

## CPI ouve ex-ministra

Às 9h30, a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Cartões Corporativos se reúne para ouvir a ex-ministra da Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial Matilde Ribeiro; e o diretor-geral da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), Paulo Lacerda.

## Regras para suplente

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) tem reunião, às 10h, para votar a indicação de Francisco de Albuquerque Silva para o Conselho Nacional do Ministério Público. Logo após, examina novas regras para eleição de suplente de senador.

## Legislação sanitária

A partir das 11h, a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) analisa, dentre 13 itens, projetos sobre consolidação da legislação sanitária e permissão a empregado para escolher a instituição financeira e a agência em que os empregadores depositarão sua remuneração.

## Debate sobre mercado de etanol

Em audiência pública marcada para as 10h30, a Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis, que funciona no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), debaterá questões relativas

ao mercado de etanol. Entre os convidados estão o presidente da Embrapa, Sílvio Crestana, o pesquisador Expedito Parente e o diretor de Biocombustíveis da Petrobras, Alan Kardec Pinto.



## Subcomissão examina direitos humanos

A Subcomissão Permanente em Defesa da Mulher se reúne em audiência pública, a partir das 14h, para debater questões relacionadas aos direitos humanos. Estão convidados, entre outros, a diretora da

Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres Cláudia Dias; a antropóloga Lia Zanotta; e o coordenador de Defesa Institucional do Departamento de Polícia Federal, Felipe Tavares Seixas.

## CPI da Pedofilia faz audiência pública

Às 9h, será realizada audiência na CPI que investiga o uso da internet para a prática da pedofilia. Estão convidados a prestar informações o presidente da Safernet Brasil, Thiago de Oliveira; o procurador

da República em São Paulo Sérgio Suiama; o delegado da Polícia Federal Carlos Sobral; o diretor-presidente do Google Brasil, Alexandre Hohagen; e o diretor desse site, Félix Ximenes.



## JORNAL DO SENADO

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Garibaldi Alves Filho

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Alvaro Dias

1º Secretário: Efraim Moraes

2º Secretário: Gerson Camata

3º Secretário: César Borges

4º Secretário: Magno Malta

Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

### COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretora de Jornalismo: Maria da Conceição Lima Alves

Diretor do Jornal do Senado: Davi Emerich (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, João Carlos Teixeira, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéias D. de Moraes

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

Arte: Cirilo Quartim

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

### AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Denise Costa e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670

Edição: Maria Lúcia Sigmaringa e Rita Nardelli (61) 3311-1151  
O noticiário do Jornal do Senado é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações  
[www.senado.gov.br/jornal](http://www.senado.gov.br/jornal) | [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)

Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar – 70165-920 Brasília (DF)

### PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Garibaldi Alves, Gerson Camata, Eduardo Suplicy, Paulo Paim, Alvaro Dias, Antônio Carlos Valadares, Mão Santa, Tião Viana e Geraldo Mesquita Júnior

## Raupp apela em favor de servidores

Valdir Raupp (PMDB-RO) dirigiu apelo ao presidente Lula e ao ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, para que incluía os servidores dos antigos territórios – Rondônia, Roraima e Amapá – na proposta de reajuste salarial para o funcionalismo federal a ser encaminhada em breve ao Congresso Nacional.

O senador voltou a pedir ao presidente da Câmara dos Deputados, Arlindo Chinaglia, que coloque em votação proposta de emenda à Constituição (PEC) da senadora Fátima Cleide (PT-RO) que inclui os servidores do antigo território de Rondônia nos quadros em extinção da União. Lembrou que a matéria já tramita há cinco anos no Congresso Nacional, tendo sido aprovada no Senado Federal há mais de dois anos.

## Jayme Campos lembra os 289 anos de Cuiabá

Jayme Campos (DEM-MT) comemorou em discurso os 289 anos de fundação da cidade de Cuiabá, capital de seu estado, que chamou de “a capital do futuro do Brasil”.

O parlamentar homenageou os cuiabanos e afirmou que a cidade e o próprio estado de Mato Grosso saberão “responder bem ao grande dilema deste século: como produzir sem degradar a natureza”.

O senador Delcídio Amaral (PT-MS) se associou à homenagem feita por Jayme Campos e se posicionou como irmão dos cuiabanos e mato-grossenses, pois, conforme assinalou, a criação do estado de Mato Grosso do Sul foi resultado da divisão do estado.

Os pressupostos de relevância e urgência da medida provisória foram aprovados ontem contra os votos da oposição, que considera a matéria inconstitucional e ilegal

# Plenário vota hoje crédito de R\$ 1,6 bi. Legalidade da MP foi aceita ontem

O Plenário aprovou ontem, por 38 votos a 13, os pressupostos de relevância e urgência da Medida Provisória 402/07, que abre crédito extraordinário para órgãos do Executivo no valor de R\$ 1.646.339.765,00. A votação do mérito ficou para hoje.

Os recursos, a serem usados na construção de redes de energia elétrica e na Ferrovia Norte-Sul, entre outros programas, foram classificados como urgentes e relevantes para justificar a edição da MP, mas

a oposição considerou a medida provisória inconstitucional e ilegal, sob o argumento de que a verba não se destinava a fato grave e imprevisível, como catástrofe ou guerra.

– Os programas são importantes, mas a matéria poderia ter sido enviada ao Congresso por meio de projeto de lei em regime de urgência, sem trancar a pauta da Câmara e do Senado – disse o líder do DEM, José Agripino (RN).

Para o relator da matéria, Romeu

Tuma (PTB-SP), a MP era urgente e relevante. Já o líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), afirmou que a Constituição é clara ao dizer: “A abertura de crédito extraordinário somente será admitida para atender a despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública”.

Na avaliação de Aloizio Mercadante (PT-SP), o melhor seria que os créditos extraordinários fossem abertos por meio de decreto do Executivo.

## Comitê gestor aponta falha na lei para combater pedofilia

Ao depor ontem na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pedofilia, o secretário de Políticas de Informática do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), Augusto Cesar Gadelha Vieira, reclamou da falta de legislação específica que obrigue os provedores de internet a armazenarem evidências de crimes cometidos pela rede, como pornografia infantil.

Também membro do Comitê Gestor da Internet – organismo formado por representantes do governo federal e de entidades sociais –, Gadelha lamentou que o órgão não disponha de meio legal para obrigar os provedores a manterem os dados de acesso pelo prazo de três anos por ele recomendado.

– Apesar da recomendação, qualquer empresa provedora pode alegar que não há nenhuma imposição legal para seu cumprimento – disse.



Magno Malta (D) fala com Augusto Cesar Gadelha Vieira, membro do Comitê Gestor da Internet

O presidente da CPI, senador Magno Malta (PR-ES), solicitou a designação de um membro do comitê para ajudar a comissão a elaborar um projeto que corrija as falhas apontadas na legislação brasileira sobre o assunto.

Demi Getschko, outro representan-

te do comitê, disse que o desmonte de quadrilhas cibernéticas só será possível com ação direta contra os ofensores, em vez de controlar a rede.

Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) sugeriu ao comitê ampliar a distribuição à população da *Cartilha de Segurança para Internet*.

## Paim defende votação de projetos que beneficiam os aposentados

Paulo Paim (PT-RS) solicitou que a Mesa encaminhe ao líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), documento que recebeu, com cerca de 1.500 assinaturas, de cidadãos de Santa Catarina. Eles pedem que o Congresso vote os projetos de lei que vão garantir uma nova política de recuperação dos benefícios dos aposentados e pensionistas.

O abaixo-assinado menciona o projeto (PLS 58/07) de autoria de Paim que garante a recomposição dos proventos dos apo-



Paim encaminha abaixo-assinado a Jucá, relator de três propostas

sentados; o PLS 296/03, também do senador gaúcho, que acaba com o fator previdenciário (reduzidor de 40% sobre as aposentadorias); e o projeto da Câmara (PLC 42/07) que, em virtude de emenda sugerida pelo próprio parlamentar, estende aos aposentados a mesma política para o salário mínimo.

Segundo Paim, os aposentados pediram que o manifesto seja entregue a Jucá, relator das matérias, como forma de sensibilizá-lo para o drama dos signatários.

## Garibaldi diz que ainda não foi possível acordo

O senador Garibaldi Alves afirmou na sessão deliberativa de ontem que ainda não é possível votar os projetos de interesse de aposentados e pensionistas, conforme acordo estabelecido na semana passada entre representantes da categoria e líderes da oposição no gabinete da Presidência.

Diante das cobranças de Mário Couto (PSDB-PA) e Paim, Garibaldi pediu paciência: “Me dêem um crédito de confiança, já que ainda não foi possível um acordo entre governo e oposição”.



Iniciativa de Sibá aumenta para cinco anos mandato presidencial

## Sibá cobra votação de proposta que extingue reeleição

Sibá Machado (PT-AC) cobrou ontem a votação da proposta de emenda à Constituição (PEC 41/03) de sua autoria que proíbe a reeleição para cargos do Poder Executivo e aumenta o mandato presidencial para cinco anos.

– A matéria está pronta para votação em Plenário – disse Sibá.

O senador também defendeu a proposta de sua iniciativa (PEC 20/04) que estabelece coincidência de todos os mandatos eletivos federais, estaduais e municipais. Segundo Sibá, as propostas são complementares. De acordo com o texto da proposição, “os prefeitos, vice-prefeitos e vereadores eleitos em 2008 terão mandato de seis anos, para permitir, a partir de 2014, a coincidência das eleições e dos mandatos federais, estaduais e municipais em todo o país”.

Sibá informou que já conversou com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que teria demonstrado simpatia pela idéia do fim da reeleição e do aumento do mandato presidencial para cinco anos.

### Terceiro mandato

Logo depois, Osmar Dias (PDT-PR) disse que ele e os demais senadores do seu partido participaram ontem de reunião com Lula, durante a qual o presidente se manifestou contrário a um terceiro mandato. Segundo Osmar Dias, Lula afirmou que romperia com o PT se o partido insistisse no assunto.

– Lula se posicionou de forma clara e definitiva. Disse que não aceita a hipótese do terceiro mandato. Eu acredito na palavra do presidente. Ele é contra o terceiro mandato e o PDT também – afirmou Osmar.

Direito constitucional de acesso a informações públicas entra em conflito com necessidade de sigilo de dados referentes à segurança do chefe de Estado

## Relator vê desperdício em duas CPIs

O relator da CPI Mista dos Cartões Corporativos, deputado Luiz Sérgio (PT-RJ), observou que o funcionamento de duas CPIs simultâneas e com a mesma finalidade é um desperdício de dinheiro público muito maior que os “equivocos que, provavelmente, encontraremos com o uso do cartão corporativo”.

Luiz Sérgio considerou que o sigilo requerido pelo governo para os gastos da Presidência da República é garantido pela Constituição. E avaliou o comparecimento do general Jorge Félix à CPI (veja matéria ao lado) como ponto de partida de um debate que só se encerrará após os depoimentos do ex-ministro da mesma pasta general-de-exército Alberto Cardoso e do diretor-geral da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), Paulo Lacerda.

O relator disse que as informações consideradas não-sigilosas correspondem a mais de 99% do que foi gasto e que o material estará acessível a todos os membros da comissão.

Segundo Félix, apenas três cartões são utilizados pela segurança presidencial: um em Florianópolis e outro em São Paulo, onde estão os filhos do presidente Lula. O terceiro está em Brasília sob responsabilidade do chefe do departamento de segurança da Presidência.

São considerados cartões usados por funcionários da segurança presidencial 12 pertencentes à Secretaria Nacional Anti-Drogas e outros pela Agência Brasileira de Inteligência (Abin). O general admitiu a existência de irregularidades no uso desses cartões, que ocorreriam mais por erro que por dolo.

J. Freitas



Marisa Serrano, Luiz Sérgio e Jorge Félix na CPI Mista dos Cartões Corporativos: divergências com relação à necessidade de sigilo de gastos

# General Jorge Félix defende sigilo e controle de gastos da Presidência

A necessidade de haver sigilo dos gastos de funcionários da Presidência e da Vice-Presidência da República foi defendida ontem na CPI Mista dos Cartões Corporativos pelo ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, general Jorge Armando Félix. Ele ressaltou que o sigilo não deve se confundir com falta de controle. De acordo com o ministro, o processo de fiscalização de gastos considerados sigilosos é o mesmo adotado para as despesas não-sigilosas.

O general reconheceu que os cidadãos têm direito constitucional ao acesso a informações de órgãos públicos, mas destacou que a Constituição também prevê sigilo para dados que são “imprescindíveis para

a segurança do Estado”.

Jorge Félix disse que despesas sigilosas da Presidência, por lei, podem ser feitas com cartões corporativos, e que toda despesa que permitir a identificação de hábitos e costumes das autoridades é considerada sigilosa.

– Temos responsabilidade com a segurança. Todos os gastos que revelem rotinas, quantidades de pessoas que cuidam da segurança, tipos de comportamento, ou seja, informações que possam levar a conclusões que afetem a segurança devem ser sigilosas – explicou.

O ministro-chefe reconheceu ser difícil definir quais compras devem ser consideradas de segurança. Por isso, esclareceu, as normas são aplicadas caso a caso, em função

do bom senso.

– Se tivermos que exagerar, será para dar mais segurança possível – frisou.

O general destacou ainda que oferece segurança à chefia do Estado brasileiro, à instituição, não a pessoas.

– Temos obrigação de proporcionar ao ocupante do cargo o maior grau de segurança possível. Temos obrigação de pensar esse sigilo como estrutura de Estado – assegurou.

A presidente da CPI, senadora Marisa Serrano (PSDB-MS), disse que as decisões judiciais que determinam a preservação de sigilo tratam geralmente de sigilo individual e que, quando se lida com gastos públicos, a regra costuma ser a transparência, e o sigilo, a exceção.

## Ministro do Esporte diz que devolveu o que gastou

O ministro do Esporte, Orlando Silva, afirmou na CPI dos Cartões que devolveu à União, em três parcelas, o valor total dos gastos que fez com cartão corporativo em 2006 e 2007: R\$ 34.378,37.

Orlando Silva disse que tomou a atitude devido à indignação que sentiu com a “escalada crescente de ataques” com informações truncadas oferecidas à opinião pública sobre suposto uso irregular de cartão.

O ministro observou que o “famoso caso da tapioca” já tinha sido detectado pelo controle interno do ministério antes de chegar à imprensa. Naquele momento, frisou, havia devolvido os R\$ 8,30 gastos, bem como as despesas com a hospedagem da família

em uma viagem de trabalho, identificadas como irregulares pelo controle interno.

Segundo ele, na hora de pagar a conta na tapiocaria, confundiu o cartão corporativo com o particular. Essa despesa, disse, não poderia ter sido paga em Brasília, somente em viagens. Comentou ainda que em três outras vezes se enganou no sentido inverso, pagando gastos públicos com o próprio cartão.

O ministro garantiu que só usou o cartão para pagamento de despesas de transporte, hospedagem e alimentação em viagens e que nunca fez saques em dinheiro.

De acordo com Orlando Silva, seus gastos são públicos e já foram auditados pela Controladoria Geral da União, pelo Ministério Público e pelo Tribunal de Contas da União. O cartão corporativo, completou, é o único método de suprimento de fundos da sua pasta.



Na hora de pagar contas, Orlando Silva confundiu cartões

## PMDB pode reivindicar direito de indicar presidente da CPI mista

O líder do PMDB no Senado, Valdir Raupp (RO), disse que o partido poderá retomar o direito de indicar o presidente da CPI Mista dos Cartões Corporativos. Ele lembrou que o PMDB, maior bancada no Congresso, abriu mão do cargo como parte de acordo com a oposição para que não fosse criada uma CPI no Senado. Com uma comissão exclusiva de senadores, como agora deseja a oposição, Raupp entende que o acordo deixa de existir.

José Nery (PSOL-PA) considerou uma “insanidade” a CPI não ter aprovado o acesso a auditorias do



Com instalação de CPI no Senado, acordo com oposição deixa de existir, alega Raupp

Tribunal de Contas da União sobre gastos da Presidência. “É lastimável o papel que estamos cumprindo aqui”, protestou.

Os senadores do PSDB Flexa Ribeiro (PA) e Marconi Perillo (GO) questionaram o número de cartões usados por funcionários da segurança, que, conforme o general Jorge Armando Félix, é limitado a três.

## No Senado, Alvaro Dias crê que oposição tem melhores chances

Alvaro Dias (PSDB-PR) afirmou que uma CPI exclusiva do Senado para investigar o uso de cartões poderá se valer de recursos ao Plenário. Na sua avaliação, a decisão de criar essa comissão é irreversível, mesmo que a oposição continue sendo minoria.

– Se na CPI não há dissidências, porque o governo escolhe a dedo os seus representantes, no Plenário do Senado é impossível evitar a dissidência. Então a oposição passa a ter alguma chance – analisou.

O senador disse que há um exagero na preservação do sigilo das contas da



Recursos ao Plenário, segundo Alvaro, podem dar resultados favoráveis a opositoristas

Presidência. Para ele, é possível estabelecer sigilo em relação àquilo que diga respeito à segurança, mas isso não se aplica a contas corriqueiras, como alimentos, bebida, produtos de higiene, alugel e material de limpeza.

– Por que tanta resistência para impedir que conheçamos as contas da Presidência? Certamente, porque há algo grave a esconder – acredita.

Na opinião do presidente do Senado, embate dificultará investigações e deteriorará ambiente na Casa. Arthur Virgílio fala em “resistência espartana” da oposição

# CPI é criada e, antes de funcionar, já acirra ânimos no Senado

O presidente do Senado, Garibaldi Alves, leu ontem o requerimento da oposição que cria a comissão parlamentar de inquérito para investigar o uso dos cartões corporativos formada apenas por senadores. O ato cumpriu a decisão dos líderes partidários que, em reunião na residência oficial do Senado, no início da tarde, optaram pela instalação da CPI.

O fato já abriu um novo embate entre governo e oposição, no Senado, que pode manter paralisados os trabalhos legislativos da Casa.

A indicação do presidente e do relator da nova CPI já é alvo de disputa. Isso porque está sendo questionado o acordo pelo qual a presidência da CPI dos Cartões foi entregue ao PSDB em troca do sobrestamento do requerimento de criação da CPI no Senado, apresentado em fevereiro. Com a nova comissão, segundo os governistas, esse entendimento termina.

O requerimento lido ontem repete o de fevereiro, incluindo fatos mais recentes divulgados na imprensa. O documento reuniu 32 assinaturas, cinco a mais que o mínimo exigido. Os líderes oposicionistas decidiram pedir a sua leitura por considerar que o funcionamento da CPI Mista é insatisfatório.

Garibaldi explicou que a Constituição permite que as duas Casas do Congresso, Câmara e Senado, façam suas próprias investigações por terem autonomia.

Apesar das expectativas da oposição de que a nova CPI represente a investigação de irregularidades com cartões corporativos, o presidente do Senado demonstrou incredulidade.

– Qualquer pessoa de bom senso haverá de chegar à conclusão que uma CPI precisa ter tranqüilidade para apurar a verdade. Duas comissões sem tranqüilidade, sem compreensão dos verdadeiros deveres de uma apuração, eu faço pouca fé nesse trabalho – disse.



Reunião de líderes decidiu pela criação de CPI dos Cartões Corporativos apenas com senadores. Novo embate entre governo e oposição frustra entendimento desejado por Garibaldi (C)

## Governistas querem relatoria e presidência da nova comissão

O líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), anunciou que o governo exigirá a presidência e a relatoria da CPI do Senado.

– Essa comissão quebra o acordo no Senado. Nós defendemos a partilha de cargos na CPI do Congresso para construir o entendimento. Colocado por terra esse entendimento, vai se fazer valer a proporcionalidade dos partidos – disse Jucá.

Para ele, a criação de uma CPI no Senado também é prejudicial ao andamento dos trabalhos da Casa e representa uma quebra de compromisso da oposição.

– Houve quebra de compromisso. Dessa forma, não haverá da parte do governo nenhum entendimento sobre a instalação da CPI. Quero deixar claro para que não venha se cobrar do governo. Ter duas comissões é ruim para a Casa e para as investigações. É

bem verdade que não se está na linha que a oposição quer, mas ela não pode exigir que a maioria aprove o que ela quer – disse.

### Constitucionalidade

A líder do PT, senadora Ideli Salvatti (SC), questionou, em Plenário, a constitucionalidade da criação de CPI para investigar fatos que outra já apura, tendo em vista que uma CPI mista investiga as irregularidades no uso de cartões corporativos.

Ela alegou a improcedência jurídica da solicitação, citando o Código de Processo Penal, que não permite que dois inquéritos sobre um mesmo fato coexistam.

O presidente do Senado, porém, negou procedência ao pedido de CPI. A oposição espera um recurso à decisão de Garibaldi em Plenário (veja matéria ao lado).

## Oposição nega quebra de acordo e não abre mão de cargo na CPI do Senado

O líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), disse ontem que a distribuição de cargos na CPI do Senado tem de considerar que o DEM conta com a segunda maior bancada e que o Bloco da Minoria, composto pelo DEM e PSDB, é o maior da Casa.

O senador disse que o PSDB está disposto a discutir pontos importantes da pauta legislativa, mas está determinado a não deixar que sejam pisados os direitos da minoria.

– Qualquer coisa que não seja negociada será respondida com resistência espartana – declarou.

Já o líder do DEM, senador José Agripino (RN), contestou que a instalação da CPI do Senado seja vista como quebra do acordo entre governo e oposição.

Segundo ele, o acordo previa a investigação de irregularidades no uso dos cartões, o que não aconteceu na CPI mista.

– Decidimos não participar da farsa. Nunca houve acordo para não investigar. Negaram-nos tudo, não nos restava alternativa a não ser que aparecêssemos para o país como participantes de um acordão – afirmou.

Agripino cobrou a adoção do critério matemático para a composição da nova CPI e a alternância entre governo e oposição nos cargos de presidente e relator,

como ocorre nas demais. Assim, ele rechaçou a possibilidade de a base governista ficar com os dois postos da nova comissão.

Nessa linha, o senador Demostenes Torres (DEM-GO) anunciou que a oposição vai brigar por um cargo, como é a tradição da Casa.

– Se o governo tentar os dois, é mais uma briga. Já é complicar as investigações dentro do Senado. Vamos fazer a mesma luta de obstrução – garantiu ele.

Para Demostenes, mesmo com oito das 11 vagas da CPI do

Senado nas mãos de partidos governistas, os senadores seriam menos sujeitos a pressão que os deputados.

– A CPI mista fracassou. Pode cair uma bomba atômica que os deputados do

governo não vão se mexer. Colocaram os mais desqualificados, o que prova que o governo só quer abafar. No Senado, embora minoria, acreditamos que podemos fazer alguma coisa – disse.

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) também negou que tenha havido quebra de acordo.

– Lamentavelmente, houve uma blindagem que impediu o andamento dos trabalhos, apesar da determinação da presidente do colegiado, Marisa Serrano. Não foi possível avançar em nada na CPI mista – frisou.

## Fátima Cleide lê desagravos a Dilma Rousseff

Dois manifestos em defesa da ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, por suposto insulto do senador Mão Santa (PMDB-PI), em discurso na semana passada, foram lidos ontem pela senadora Fátima Cleide (PT-RO).

O primeiro era uma moção de desagravo da Secretaria Especial de Política para as Mulheres da Presidência e o outro, uma carta do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher.

– O fato reforça a discriminação de gênero e reitera a forma estereotipada

com que a mulher é tratada na sociedade brasileira – leu a senadora.

Como ato simbólico, as entidades ofereceram à Biblioteca do Senado peças de artesanato do Vale do Jequitinhonha retratando galinhas.

Em resposta, Mão Santa afirmou que não foi nem pretendeu ser desrespeitoso ao acusar o governo de produzir dossiês para intimidar adversários.

– Não tive intenção de ofender quem quer que seja. É uma tentativa de desviar o foco – disse.



Dois documentos lidos pela senadora acusam Mão Santa de discriminação

Audiência pública busca subsídios à participação do Brasil no 5º Fórum Mundial da Água, em 2009, na Turquia



José Machado, Sibá e Benedito Braga durante debate na Comissão de Meio Ambiente

## Diretor da ANA pede melhor gestão dos recursos hídricos

Em audiência pública na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), o diretor-presidente da Agência Nacional de Águas (ANA), José Machado, afirmou que as mudanças climáticas requerem o fortalecimento do Sistema Nacional de Gestão de Recursos Hídricos nos estados e nacionalmente.

Com as alterações no clima, alertou, o Brasil deve se preparar para enfrentar secas e inundações cada vez mais severas. A demanda por água nas cidades e no campo também exige, segundo José Machado, o reforço dos recursos orçamentários para o setor.

Da mesma forma que José Machado, o vice-presidente do Conselho Mundial da Água, Benedito Braga, ressaltou que o país dispõe, na esfera nacional, de instituições como a ANA e de uma política nacional de recursos hídricos. Mas lamentou que vários estados brasileiros ainda careçam de instituições e política de gestão no setor.

Na reunião, Sibá Machado (PT-AC) propôs a visita de um grupo de senadores a três importantes bacias hidrográficas brasileiras, a do São Francisco, a do Parnaíba e a do rio Acre, para averiguar *in loco* a gestão dos recursos hídricos. O dirigente da ANA disse que técnicos da instituição poderiam participar da tarefa.

Sibá Machado, que preside a Subcomissão Temporária do Fórum das Águas das Américas e do Fórum Mundial da Água, informou que o colegiado também mapeará a situação das bacias hidrográficas brasileiras e dos

aquíferos, como o Guarani.

Inácio Arruda (PCdoB-CE) defendeu a criação do programa Água Potável para Todos. Para isso, disse, é preciso definir as metas da política nacional dos recursos hídricos. Ele sugeriu ainda o aprofundamento dos estudos sobre o aquífero Guarani, cuja gestão envolve Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai. O diretor de recursos hídricos do Ministério do Meio Ambiente, João Bosco Senra, adiantou que está sendo elaborado um projeto conjunto para gestão das águas do aquífero entre os quatro países.

### Fórum Mundial da Água

A audiência foi proposta para subsidiar a participação do Brasil no 5º Fórum Mundial da Água, em março de 2009, na Turquia. Para João Bosco Senra, o encontro precisa ser visto como oportunidade de levar experiências brasileiras e aprender com os modelos estrangeiros. Em sua avaliação, após dez anos de existência do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, o Brasil tornou-se referência mundial no setor, por ter uma legislação avançada e haver criado o Ministério do Meio Ambiente.

O presidente da comissão, senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO), manifestou o interesse do colegiado em acompanhar o fórum, por entender que o futuro do Brasil depende da conservação de água.

Participaram da audiência pública a deputada Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) e o presidente da Comissão de Meio Ambiente da Câmara, deputado André de Paula (DEM-PE).

## Mozarildo critica ações em Raposa Serra do Sol

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) informou em Plenário que o governo de Roraima entrou ontem com pedido de liminar para que seja suspensa a operação de retirada da população não-indígena da Reserva Raposa Serra do Sol, “em benefício da ordem pública e em respeito à dignidade das pessoas que estão lá”. O senador disse que “ali ocorre um drama de maiores proporções do que se supunha”, salientando que não se trata “apenas de meia dúzia de arroteiros brancos sendo expulsos pelos índios”.

Segundo Mozarildo, 458 famílias devem ser retiradas da área da reserva, sendo que apenas 220 foram indenizadas e, destas, apenas 124 estão reassentadas. Ele criticou o governo federal por não ter cumprido a sua parte, contrariando recomendações do Senado no sentido de prover indenização e reassentamento adequados a essas famílias. Condenou também o envio de centenas de policiais federais e integrantes da Guarda Nacional para retirar as famílias da área.

O parlamentar assinalou que já esteve no Supremo Tribunal Federal, em companhia de autoridades de Roraima, para pedir àquela corte atenção especial no julgamento de ações sobre a desocupação das terras da Raposa Serra do Sol.

### Saúde

Mozarildo também abordou a situação da saúde no Brasil, que classificou como caótica. Ele citou a epidemia de dengue no Rio de Janeiro, lembrando, ainda, a febre amarela, a tuberculose, a leishmaniose e outras doenças que, conforme afirmou, mostram que “não valeu a pena pagar a CPMF”



Mozarildo: Roraima pediu liminar para suspender retirada de famílias

## Maciel quer ajuda para estados nordestinos afetados por chuvas

O senador Marco Maciel (DEM-PE) prestou solidariedade às populações da Paraíba, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Piauí e Maranhão vítimas das enchentes provocadas pelas chuvas que atingem a região há mais de um mês. Ele cobrou providências urgentes do governo federal para ajudar os atingidos.

Marco Maciel lamentou que muitas pessoas já tenham falecido na região e ressaltou a necessidade de ajuda aos milhares de desabrigados. Lembrou também que as enchentes aumentam os riscos de propagação de inúmeras doenças. Apenas em Pernambuco, informou, são 23 municípios em estado de calamidade.

Maciel também registrou o 10º



Marco Maciel também celebrou os dez anos do jornal *Folha de Pernambuco*

aniversário do jornal *Folha de Pernambuco*, celebrado na Igreja da Madre de Deus, no Recife. Em apenas dez anos de existência o jornal consolidou-se, disse, com aumento da tiragem.

– É um jornal moderno e leve, que chega a todos – afirmou.

## Rosalba lamenta prejuízos causados à economia do RN

A senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN) lamentou ontem os prejuízos provocados pelas enchentes na fruticultura, carnicultura (criação de camarões) e indústria salineira do Rio Grande do Norte. Embora tenha elogiado o governo federal pela rapidez na edição de medida provisória que prevê recursos emergenciais para a população afetada pelas chuvas, ela cobrou agilidade na chegada desses recursos “lá na ponta”.

Rosalba informou que 42 dos 167 municípios do estado estão em estado de calamidade



Já são 42 municípios atingidos pelas enchentes, informa Rosalba Ciarlini

pública. Ao lado de José Agripino (DEM-RN), ela visitou as regiões mais afetadas, que já somam 20 mil desabrigados.

Rosalba Ciarlini também registrou prejuízos na indústria petroleira, na caprinocultura e na ovinocultura. A senadora reivindicou ainda ações de prevenção a doenças causadas pelas enchentes.

## Heráclito cobra de Lula visita às cidades atingidas por enchentes

Em discurso no Plenário, o senador Heráclito Fortes (DEM-PI) cobrou do presidente Lula uma visita às cidades nordestinas atingidas por enchentes. O parlamentar afirmou que a capital, Teresina, e diversos outros municípios do Piauí enfrentam sérios problemas devido ao excesso de chuvas. Segundo informou, as cidades ribeirinhas aos rios Parnaíba, Gurguéia e Poti “estão todas atingidas”.

– O presidente Lula já deveria ter feito uma viagem de solidariedade aos irmãos nordestinos – sugeriu Heráclito, acrescentando que ministros também deveriam visitar a região.

O senador ainda condenou a



Heráclito condena partidarização da responsabilidade pela epidemia de dengue

partidarização dos problemas enfrentados pelo país devido ao crescimento dos casos de dengue. Em aparte, Tasso Jereissati (PSDB-CE) acrescentou que o Nordeste também está sofrendo com epidemias.

## Viana apela por regulamentação da emenda que financia a saúde

Tião Viana (PT-AC) dirigiu apelo aos senadores da oposição para que seja votado hoje, quando o Senado comemora o Dia Mundial da Saúde, o projeto (PLS 121/07) de sua autoria que regulamenta a Emenda Constitucional 29, definindo regras para financiamento do setor.

– O apelo que faço é para que se possa aproveitar para homenagear da melhor forma a saúde pública no Brasil, votando o projeto que assegura definitivamente as regras para o financiamento da saúde e estabelece um aumento de financiamento de até R\$ 23 bilhões até o ano de 2011.

### Inauguração

Viana comemorou a inauguração, em Xapuri (AC), da Natex,



Viana pede apoio da oposição para projeto de sua iniciativa

primeira fábrica estatal brasileira de preservativos masculinos. Ele também saudou a liberação de emenda de sua autoria, no valor de R\$ 3,030 milhões, para o Programa de Assistência à Pessoa com Deficiência do Acre.

## Guerra atribui epidemia de dengue à falta de uma política competente

Sérgio Guerra (PSDB-PE) alertou para os números mais recentes da disseminação da dengue no Brasil, que considerou “apavorantes”. Ele mencionou em particular a situação de Fortaleza, Maceió, Recife, Rio de Janeiro – “calamitosa” – e Belo Horizonte.

Como, segundo o senador, não se pode “responsabilizar a natureza pela dengue”, ele atribuiu a epidemia à falta de uma política competente na área da saúde.

Em resposta às críticas de Sérgio Guerra, a líder do PT, senadora Ideli Salvatti (SC), comparou o quadro da dengue no Rio, onde há epidemia, com o de Niterói, onde a situação é tranqüila. Niterói é governada pelo prefeito Godofredo Pinto (PT) e o Rio, por César



Sérgio Guerra considera “apavorantes” os números sobre a doença no Brasil

Maia (DEM).

Contestando Ideli, Sérgio Guerra advertiu para o risco de “partidarizar os mosquitos”.

– Acho que nessa luta nós devemos enfrentar os mosquitos em conjunto – disse o senador.

## Mário Couto afirma que doença pode se alastrar no Pará

Ao lamentar a violência crescente no Pará, Mário Couto (PSDB-PA) advertiu que o estado vive também a expectativa de ser assolado pela dengue.

– Não tenho dúvida de que o Pará segue no mesmo caminho do Rio: dengue e violência. A dengue no estado é incontrolável, a malária há muito é incontrolável, a violência há muito é incontrolável.

Mário Couto também lamentou que a força-tarefa enviada ao Pará pelo Executivo tenha contribuído para o surgimento de novos conflitos, em vez de



Mário Couto diz que seu estado segue o mesmo caminho do Rio de Janeiro

atuar no combate à violência na capital e no interior do estado.

– A força-tarefa serviu para disseminar o desemprego no setor que mais colabora com a economia do país. Chamaram os moradores de Tailândia de cachaceiros, misturando a dignidade de tantas famílias com bandidos que derrubam árvores da Amazônia irregularmente.

Comissões de Agricultura do Senado e da Câmara promovem audiência pública sobre projeto, originalmente de Kátia Abreu, que modifica a Lei de Biossegurança

## Especialistas pedem ampliação do uso de plantas modificadas

Quatro professores e pesquisadores presentes em audiência pública conjunta das comissões de Agricultura e Reforma Agrária do Senado e de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara concordaram ontem com a aprovação do patenteamento e da comercialização de plantas geneticamente modificadas e destinadas à produção de substâncias para uso terapêutico ou industrial, como hormônios e vacinas para pessoas ou animais.

Tal iniciativa consta de projeto de lei da Câmara (PLC 268/07) apresentado originalmente pela senadora Kátia Abreu (DEM-TO) quando ainda era deputada. A proposta foi reapresentada pelo deputado Eduardo Sciarra (DEM-PR), tendo sido rejeitada, em 2007, pela Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento



Robson Pitele (F), Jesus Ferro, Francisco Aragão, Neuto de Conto e Onix Lorenzoni

Sustentável da Câmara. Agora, está em análise na Comissão de Agricultura daquela Casa.

O projeto modifica a Lei de Biossegurança (Lei 11.105/05), mas não altera o dispositivo que proíbe a comercialização de sementes que contenham tecnologias genéticas de restrição de uso de variedade – conhecidas como sementes *terminator*, ou seja, sementes estéreis.

## Subcomissão sobre crise na Amazônia aprova roteiro

A Subcomissão Temporária para Acompanhar a Crise Ambiental na Amazônia, presidida por Flexa Ribeiro (PSDB-PA), apresentou e aprovou plano inicial de trabalho que propõe audiências públicas e viagens pelo Norte do país. O relator da comissão, senador Expedito Júnior (PR-RO), sugeriu parceria com a comissão externa criada recentemente pelo Senado para acompanhar a operação Arco de Fogo, da Polícia

Federal, dedicada ao combate à exploração ilegal de madeira nos municípios que exibiram os maiores índices de desmatamento na Amazônia em 2007.

A primeira viagem da subcomissão, segundo proposta feita por Expedito Júnior, terá o Pará como destino e se inicia na próxima quarta-feira. O roteiro inclui os municípios de Tailândia e Breves, na quinta-feira (17); Paragominas e Belém, na sexta-feira

(18). Na terça-feira seguinte (22), está agendada reunião com o diretor do Inpe, Gilberto Câmara.

Além desses compromissos, Expedito Júnior sugeriu a apreciação de alguns projetos da subcomissão, como o de sua autoria que propõe ações de integração entre lavoura e pecuária. No dia 24, os senadores seguirão para Rondônia, onde visitarão Machado do Oeste, Buritis, Vilhena e Porto Velho.

## Suplicy conclama sociedade a se mobilizar contra violência

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) conclamou ontem a sociedade a não se mostrar indiferente à violência que se perpetra contra as crianças, e citou os casos da menina Isabela Nardoni, assassinada há 11 dias, e de Marcelo, filho de Maurício de Souza, cujo seqüestro se encerrou nesse fim de semana.

Artigo da apresentadora Xuxa Meneghel, publicado no jornal *O Globo*, pedindo o fim da violência contra as crianças foi lido pelo senador. No texto, Xuxa afirma que o ato de bater nos filhos com a intenção de educar não

deve mais ser tolerado, e que tais ações, normalmente iniciadas com pequenos tapas e beliscões, podem chegar ao extremo de jogar uma pessoa pela janela. “Como pode uma criança se defender de alguém que é o dobro de seu tamanho?”, questiona a apresentadora no texto.

Ao término da leitura, o senador ressaltou o fato de que o pai de Isabela e sua madrasta, embora tenham sido presos preventivamente, ainda não foram indiciados no inquérito que apura a morte da menina. “Não quero fazer julgamento precipitado.”



Suplicy leu artigo de Xuxa que critica atitudes agressivas contra crianças

Eduardo Suplicy explicou que decidiu ler o artigo porque Xuxa é “alguém que conhece e convive com crianças brasileiras, sabe como se relacionar com sua filha, e seu apelo vale para todos os que desejam um mundo sem tanta violência”.



Proposta de Mercadante prevê inclusão das escolas públicas em cinco anos

## Mercadante: banda larga pode ajudar inclusão digital nas escolas

Aloizio Mercadante (PT-SP) destacou da tribuna o lançamento, pelo Poder Executivo, do projeto que determina a instalação de banda larga – conexão rápida de acesso à internet – em escolas públicas de educação básica de todo o país.

O senador disse esperar que a iniciativa venha contribuir para a

aprovação no Congresso Nacional de projeto de sua autoria que prevê a inclusão digital de todos os estabelecimentos públicos escolares do Brasil em um prazo máximo de cinco anos, com a utilização de recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust). A proposta, já aprovada pelo Sena-

do, encontra-se em tramitação na Câmara dos Deputados.

– O Brasil tem que se preparar para a economia rápida, ágil, para a economia da informação. A inclusão digital das escolas é um passo indispensável para a formação pedagógica, estimula a ciência e contribui para a qualificação profissional – disse o

parlamentar.

Aloizio Mercadante defendeu investimentos na formação profissional dos professores, como forma de favorecer o desenvolvimento do conteúdo pedagógico que ficará à disposição na internet, e ainda a inclusão digital de escolas que se encontram situadas na área rural.

## TV Brasil pode ter uso político, alerta Mão Santa

Em pronunciamento ontem, o senador Mão Santa (PMDB-PI) criticou a TV Brasil, apontando para o risco de sua instrumentalização política. A emissora foi instituída por meio de medida provisória aprovada no Senado em 12 de março, sem a presença da oposição.

Mão Santa citou artigo do jornalista Luiz Lobo, no jornal *O Estado de S. Paulo*, denominado “TV Chapa Branca”. O autor do texto afirma, conforme o senador, que, “se havia alguma dúvida com relação ao risco de instrumentalização política da TV Pública, ela foi desfeita por dois fatos recentes: a demissão de Luiz Lobo da TV Brasil, por ter-se recusado a interferir no noticiário em favor do Palácio do Planalto, e o fato de o jornalista Eugênio Bucci ter declarado em livro que “teve grandes dificuldades para manter um padrão de isenção na Radiobrás nos quatro anos em que dirigiu a empresa”.

Para Mão Santa, “a democracia depende da liberdade de expressão”. Ele enfatizou que atos de governo contrários a essa premissa levam ao absolutismo. Foi o caso, disse, do ministro da Propaganda de Adolf Hitler, Joseph Goebbels, que fazia com que o *kaiser* utilizasse de forma monopolista o instrumento de comunicação de massa nos anos 30: o rádio. Por meio dele, afirmou o senador, dirigia-se ao povo para fazer propaganda do governo nazista.



“A democracia depende da liberdade de expressão”, afirma Mão Santa

## Valorização dos professores e escolas bem colocadas no Enem

Diretoras do Instituto Dom Barreto, de Teresina, e do Colégio Vértice, de São Paulo, relatam à CE características que levaram ao bom desempenho das duas instituições

De um lado, mensalidades de R\$ 450 para 2 mil alunos em um dos estados mais pobres do país. De outro, parcelas mensais a partir de R\$ 1.500 para 850 estudantes da unidade mais rica da Federação. Em comum, o excelente desempenho no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e a valorização dos professores. Os exemplos do Instituto Dom Barreto, de Teresina, e do Colégio Vértice, de São Paulo, foram analisados ontem durante audiência pública da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).

O primeiro lugar obtido pelo colégio piauiense no Enem de 2006 atraiu a Teresina diretores



Cristovam, entre Stella Rangel e Walkíria Aparecida, dirige audiência

## Cantora elogia projeto de ensino obrigatório de música

O projeto que torna obrigatório o ensino de música na educação básica, de autoria da senadora Roseana Sarney (PMDB-MA), recebeu ontem o apoio da cantora baiana Daniela Mercury.

– É um projeto pertinente, que pretende promover o ensino básico da música, uma arte que proporciona muitos resultados no desenvolvimento cognitivo e na auto-estima das crianças, além de ajudar a desenvolver o raciocínio.

Na opinião de Daniela, o ensino da música nas escolas públicas pode contribuir para a redução da distância entre o ensino público e o privado.

À tarde, Daniela Mercury e os cantores Roberto Frejat (integrante do Barão Vermelho), Gabriel

o Pensador, Francis Hime, Olivia Hime, Zé Renato (integrante do grupo Boca Livre) e Walter Franco estiveram com o ministro da Educação, Fernando Haddad, manifestando apoio à proposta.

Também estiveram com o ministro o presidente da Comissão de Educação, Cristovam Buarque (PDT-DF), e os senadores Rosalba Ciarlini (DEM-RN) e Romeu Tuma (PTB-SP).

### Resultado

Em audiência na Comissão de Educação, a diretora do Colégio Vértice, de São Paulo, Walkíria Aparecida Gattermayr Ribeiro, informou que há 30 anos a música é matéria



Para Daniela Mercury, iniciativa pode ajudar a reduzir distância entre ensino público e privado

obrigatória naquele estabelecimento, que obteve segundo lugar do Enem em 2006.

nado com algumas características da escola, como a ênfase na formação dos professores, a adoção do tempo integral para os alunos, a disciplina e o envolvimento das famílias.

A diretora do Colégio Vértice, Walkíria Aparecida Gattermayr Ribeiro, também ressaltou a dedicação integral de todos os seus professores e a ênfase na sua capacitação. Assim como na escola piauiense, todos os professores do colégio paulista têm educação superior e especialização.

Entre outras características do colégio paulista – segundo lugar no Enem em 2006 –, a diretora mencionou o estímulo à leitura.



Camata citou matéria da *Veja* sobre governadores “modernos e eficientes”

## Camata aponta nomes potenciais para a Presidência

Gerson Camata (PMDB-ES) citou ontem em Plenário matéria da revista *Veja* desta semana com os governadores que estão se destacando como “administradores modernos, eficientes e eficazes”. Para o senador, os seis nomes mencionados despontam como eventuais opções a candidaturas presidenciais.

– São seis grandes candidatos a presidente. São políticos que trabalham com técnica, têm conhecimento de economia e da administração pública. São nomes dos quais o Brasil deve se orgulhar. Qualquer um deles na Presidência fará com que o Brasil permaneça no caminho do crescimento – avaliou.

Camata demonstrou especial “orgulho” pelo fato de o governador do Espírito Santo, Paulo Hartung, estar entre os listados. A matéria foi baseada em estudo do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e da Consultoria Macroplan, que aponta traços em comum entre eles: busca do equilíbrio das contas, com redução de custos e aumento de receita; qualidade do serviço, com metas e cobranças de resultados; e profissionalização de postos como Fazenda, Saúde, Educação e Segurança.

Também foram citados os nomes de Aécio Neves, de Minas Gerais; Eduardo Campos, de Pernambuco; José Serra, de São Paulo; José Roberto Arruda, do Distrito Federal; e Sérgio Cabral, do Rio de Janeiro.